


**ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS
ACADEMIA REAL MILITAR (1811)
CURSO DE CIÊNCIAS MILITARES**

Filipe Rocha Marques de Almeida

**A ATUAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO NA GUERRA CONTRA A
CRIMINALIDADE NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO NO SÉCULO 21**

Resende

2023

	<p align="center">APÊNDICE II AO ANEXO B (NITCC) ÀS DIRETRIZES PARA A GOVERNANÇA DA PESQUISA E EXTENSÃO ACADÊMICAS NA AMAN</p> <p align="center">TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE DIREITOS AUTORAIS DE NATUREZA PROFISSIONAL</p>	<p align="center">AMAN 2023</p>
---	--	--

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE DIREITOS AUTORAIS DE NATUREZA
PROFISSIONAL**

<p>TÍTULO DO TRABALHO: A ATUAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO NA GUERRA CONTRA A CRIMINALIDADE NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO NO SÉCULO 21</p>
<p>AUTOR: FILIPE ROCHA MARQUES DE ALMEIDA</p>

Este trabalho, nos termos da legislação que resguarda os direitos autorais, é considerado de minha propriedade.

Autorizo o Exército Brasileiro (EB) a utilizar meu trabalho para uso específico no aperfeiçoamento e evolução da Força Terrestre, bem como a divulgá-lo por publicação em periódico da Instituição ou outro veículo de comunicação do Exército.

A Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) poderá fornecer cópia do trabalho mediante ressarcimento das despesas de postagem e reprodução. Caso seja de natureza sigilosa, a cópia somente será fornecida se o pedido for encaminhado por meio de uma organização militar, fazendo-se a necessária anotação do destino no Livro de Registro existente na Biblioteca.

É permitida a transcrição parcial de trechos do trabalho para comentários e citações desde que sejam transcritos os dados bibliográficos dos mesmos, de acordo com a legislação sobre direitos autorais.

A divulgação do trabalho, em outros meios não pertencentes ao Exército, somente pode ser feita com a autorização do autor ou da Direção de Ensino da AMAN.

Resende, 16 de junho de 2023



 Assinatura do Cadete

Dados internacionais de catalogação na fonte

A447a ALMEIDA, Filipe Rocha Marques de

A atuação do Exército Brasileiro na guerra contra a criminalidade no estado do Rio de Janeiro no século 21 / Filipe Rocha Marques de Almeida – Resende; 2023. 34 p. : il. color. ; 30 cm.

Orientador: Thaian Marcus Pereira Dos Santos
TCC (Graduação em Ciências Militares) - Academia Militar das Agulhas Negras, Resende, 2023.

1. Exército Brasileiro. 2. Criminalidade. 3. Rio de Janeiro. 4. Século XXI. I. Título.

CDD: 355

Ficha catalográfica elaborada por Mônica Izabele de Jesus CRB-7/7231

Filipe Rocha Marques de Almeida

**A ATUAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO NA GUERRA CONTRA A
CRIMINALIDADE NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO NO SÉCULO 21**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Ciências Militares, da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN, RJ), como requisito parcial para obtenção do título de **Bacharel em Ciências Militares**.

Orientador: 1º Ten Thaian Marcus Pereira Dos Santos.

Resende

2023

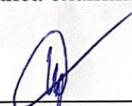
Filipe Rocha Marques de Almeida

**A ATUAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO NA GUERRA CONTRA A
CRIMINALIDADE NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO NO SÉCULO 21**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Ciências Militares, da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN, RJ), como requisito parcial para obtenção do título de **Bacharel em Ciências Militares**.

Aprovado em 16 de Junho de 2023.

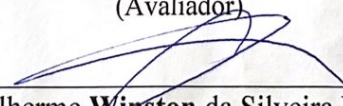
Banca examinadora:



1º Ten Thaian Marcus Pereira Dos Santos
(Presidente/Orientador)

no impedimento de

Cap Wagner Vinicius Petruy Lorusso
(Avaliador)



Cap Guilherme Winston da Silveira Rodrigues
(Avaliador)

Resende
2023

Dedico esta monografia ao meu pai Milton Marques de Almeida (in memoriam) e minha mãe Vitalina Maria Rocha Marques que sempre estiveram ao meu lado, assim como também a dedico ao meu avô Agenor Telles de Almeida (in memoriam).

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus por ter me sustentado até aqui através da fé, resiliência e saúde. Além disso, por sempre estar comigo nos momentos mais difíceis da minha vida e me ajudar a superar cada dificuldade enfrentada ao longo da caminhada que é a AMAN.

Ao meu pai Milton Marques (in memoriam) que sempre foi meu maior incentivador a me tornar um Oficial do Exército Brasileiro, que sempre me ensinou que a única forma de mudanças nas nossas vidas é através dos estudos e que eu nunca deveria desistir de um sonho meu. Espero ser um pai, marido e amigo tão incrível e exemplar quanto você foi pra mim e nossa família. Além de demonstrar que apesar de todas as dificuldades e de ter vindo de uma família com poucas condições financeiras, sempre teve um coração brilhante e se dedicou ao máximo para que pudéssemos ter condições de mudarmos nossas vidas. Minha mãe Vitalina Marques por todos os conselhos, lições e conversas durante todos os momentos de tensão durante a longa trajetória pela AMAN e em meio a tantas dificuldades, nunca mediu esforços pra fazer o possível e o impossível pra estar sempre me auxiliando e cuidando pra que eu estivesse sempre em condições.

E por último e não menos importante, agradeço intensamente o meu orientador, Primeiro Tenente Thaian Marcus Pereira dos Santos, minha gratidão por toda dedicação e sacrifício para me assessorar da melhor maneira possível na elaboração deste trabalho.

Toda minha formação, seja pessoal ou profissional, é fruto do apoio dessas pessoas. Minha eterna gratidão a vocês.

RESUMO

A ATUAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO NA GUERRA CONTRA A CRIMINALIDADE NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO NO SÉCULO 21

AUTOR: Filipe Rocha Marques de Almeida

ORIENTADOR: 1º Ten Thaian Marcus Pereira Dos Santos

Justifica-se o tema tendo em vista que o índice de criminalidade encontrou-se em um patamar alarmante no Rio de Janeiro, o que ensejou na necessidade do Estado recorrer ao emprego das Forças Armadas no intuito de conter a criminalidade. O teatro de operações do século 21 é bem diferenciado, sendo o mesmo em áreas urbanizadas onde os criminosos se misturam à população civil. Com isso, a necessidade de que o Exército Brasileiro atue de forma a conter a criminalidade, mas sem que efeitos colaterais sejam evidenciados. Este estudo tem por objetivo analisar a atuação do Exército Brasileiro na guerra contra o crime organizado no Rio de Janeiro e demonstrar a importância para a vida do cidadão. Para a elaboração do estudo foi utilizada a pesquisa bibliográfica do tipo descritiva, onde ao final concluiu-se que o Exército Brasileiro tem atuado de forma primorosa para conter a criminalidade no Rio de Janeiro, estando seu efetivo preparado para os novos desafios do combate no século 21.

Palavras-chave: Exército Brasileiro. Criminalidade. Rio de Janeiro. Século 21.

ABSTRACT

THE PERFORMANCE OF THE BRAZILIAN ARMY IN THE WAR AGAINST CRIME IN THE STATE OF RIO DE JANEIRO IN THE 21ST CENTURY

AUTHOR: Filipe Rocha Marques de Almeida

ADVISOR: 1st Lt. Thaian Marcus Pereira Dos Santos

The theme is justified given that the crime rate was at an alarming level in Rio de Janeiro, which gave rise to the need for the State to resort to the use of the Armed Forces in order to contain crime. The theater of operations of the 21st century is very different, being the same in urbanized areas where criminals mix with the civilian population. With this, the need for the Brazilian Army to act in a way to contain crime, but without evidence of side effects. This study aims to analyze the performance of the Brazilian Army in the war against organized crime in Rio de Janeiro and demonstrate its importance to the life of the citizen. For the elaboration of the study, bibliographical research of the descriptive type was used, where in the end it was concluded that the Brazilian Army has acted in an exquisite way to contain crime in Rio de Janeiro, with its personnel prepared for the new challenges of combat in the 21st century.

Keywords: Brazilian Army. Crime. Rio de Janeiro. 21st century.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Integrantes do CV armados em favela do Rio de Janeiro.....	12
Figura 2 – Níveis de força progressiva.....	17
Figura 3 – Operação São Francisco.....	22
Figura 4 – GLO na Rocinha.....	23
Figura 5 – Densidade populacional nas áreas das operações.....	25

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
1.1 OBJETIVOS.....	12
1.1.1 Objetivo geral.....	12
1.1.2 Objetivos específicos.....	12
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	13
2.1 CRIMINALIDADE NO RIO DE JANEIRO.....	13
2.1.1 Homicídios e violência.....	14
2.2 AS OPERAÇÕES DE GLO.....	16
3 REFERENCIAL METODOLÓGICO.....	21
3.1 TIPOS DE PESQUISA.....	21
3.2 MÉTODOS.....	21
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	22
4.1 ANO DE 2014 – OPERAÇÃO SÃO FRANCISCO - COMPLEXO DA MARÉ.....	22
4.2 ANO DE 2017 - ROCINHA.....	24
4.3 DISCUSSÃO.....	26
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	30
REFERÊNCIAS.....	32

1 INTRODUÇÃO

Desde a fundação do Exército Brasileiro como instituição, viu-se a importância da sua atuação não apenas em operações de guerra mas também em revoltas internas e conflitos contra o crime organizado, que são os principais causadores da perturbação da ordem pública no século 21.

Com isso, a atuação do Exército Brasileiro nas operações de Garantia da Lei e da Ordem - GLO a cada ano se torna mais importante na luta diária contra a criminalidade no Rio de Janeiro, visto que as forças auxiliares não têm efetivo e nem possuem equipamentos e armamentos como as Forças Armadas.

O Exército atuou no Rio de Janeiro também durante as Olimpíadas e a Copa do Mundo. Assim sendo, observa-se que o emprego das Forças Armadas tem sido constante, como a última barreira para conter as ondas de crimes e violências que se instalaram naquela cidade.

No ano de 2018, o então presidente Michel Temer assinou um decreto colocando os militares no comando da segurança no Rio de Janeiro, após um aumento da criminalidade nas ruas e da violência das gangues de drogas (O DIA, 2018).

Assaltos e tiroteios em massa durante o carnaval, seguidos por uma fúria que matou quatro pessoas e causou o caos, aumentaram a sensação de que a cidade estava fugindo do controle, assim, o governo brasileiro tomou essa medida extrema porque as circunstâncias exigiam (O GLOBO, 2018).

O decreto de Temer também colocou o Exército no comando da força policial da cidade, sendo esta a primeira vez que o Brasil toma tal decisão desde que introduziu uma nova constituição em 1988 (O GLOBO, 2019).

Justifica-se o tema tendo em vista que a polícia sozinha não consegue parar a guerra de gangues no estado e a integração faz-se necessária em momentos extremos, devendo os militares estarem bem preparados e serem conhecedores da atuação em uma operação de GLO.

Assim sendo questiona-se: como se dá a atuação do Exército Brasileiro na guerra contra o crime organizado no Rio de Janeiro e qual a importância para a vida do cidadão?

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo geral

Analisar a atuação do Exército Brasileiro na guerra contra o crime organizado no Rio de Janeiro e demonstrar a importância para a vida do cidadão.

1.1.2 Objetivos específicos

Descrever o histórico da criminalidade no Rio de Janeiro;

Verificar as principais mudanças ocorridas em relação à criminalidade no Rio de Janeiro com a presença do Exército Brasileiro nas ruas;

Apresentar dados comparando a criminalidade na cidade do Rio de Janeiro antes e depois das operações das Forças Armadas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CRIMINALIDADE NO RIO DE JANEIRO

Segundo Pio *et al.* (2021), o Rio tem quatro grupos armados rivais lutando pelo domínio sobre o tráfico de drogas favelas, juntamente com as práticas cada vez mais comuns de fornecer seus próprios mecanismos de prestação de serviços e tributação das empresas. O mais antigo é o Comando Vermelho (CV), que teve origem dentro de um presídio, o Instituto Penal Cândido Mendes, na Ilha Grande, no estado do Rio de Janeiro durante o final dos anos 1970 e início dos anos 1980. O grupo nasceu de um coletivo de presidiários em busca de melhores condições de vida.

Figura 1 – Integrantes do CV armados em favela do RJ



Fonte: G1 (2017)

Algumas versões da história do crime organizado local afirmam que os fundadores do CV aprenderam até táticas de líderes guerrilheiros de esquerda, que lutavam contra o regime militar vigente no Brasil à época. Depoimentos dos fundadores do CV e ex-guerrilheiros presos na Ilha Grande apontam para um aprendizado indireto dos princípios organizacionais e a partilha de vários livros, incluindo alguns sobre movimentos de guerrilha (PIO *et al.*, 2021).

Durante a década de 1980, muitos presos deixaram a Ilha Grande (muitos fugiram) e usaram seus conhecimentos para o controle de pontos de venda de drogas em favelas. Essa hegemonia territorial foi, e ainda é, importante para os traficantes do Rio para garantir pontos de venda e acesso a um grande mercado consumidor, que, por sua vez, foi utilizado para estabelecer um relacionamento com os fornecedores mais importantes do mundo na época: os

cartéis colombianos, começando pelo Cartel de Medellín de Pablo Escobar e depois Cali Carte (PIO *et al.*, 2021).

O principal rival do CV no submundo do narcotráfico é o Terceiro Comando da Capital (TCP), grupo dissidente do Terceiro Comando, que nasceu na mesma época que o CV de uma facção rival dos detentos da Ilha Grande (conhecidos como ‘Falange do Jacaré’). Hoje, o TCP é forte nas áreas da zona norte do Rio, inclusive em algumas favelas tomadas em confrontos com a CV. O TCP foi fortalecido por sua aliança com grupos de milícias, que têm vínculos mais fortes com membros corruptos da polícia e outras agências estatais. Um terceiro grupo do narcotráfico Amigos dos Amigos (ADA), foi severamente enfraquecido por confrontos com rivais nos últimos anos (PIO *et al.*, 2021).

Segundo Mello (2022), as milícias são grupos armados que operam fortemente em economias informais, incluindo drogas, mas com uma ligação mais profunda com o estado. Muitos de seus membros são atuais ou ex-policiais e têm ligações com membros corruptos das agências do governo que facilitam as práticas de exploração dos grupos. Milícias impõem ‘impostos de segurança’, um tipo de extorsão, sobre as empresas e fornecem bens e serviços, como gás de cozinha, internet e até transporte público informal por meio de vans. Os mais velhos grupos de narcotráfico como o CV e o TCP também têm recorrido a essas fontes de renda, mas dependem muito mais da receita da droga do que as milícias.

As milícias são também profundamente envolvidas na política local. Candidatos apoiados por milícias (ou às vezes próprios milicianos) concedem pequenos favores ou distribuem artigos de primeira necessidade para angariar apoio político. Por exemplo, alguns grupos de milícias permitem que famílias de baixa renda comprem pequenos lotes a prestações e até organizem festas e churrascos durante as campanhas eleitorais para incentivar o voto em determinados candidatos (MELLO, 2022).

2.1.1 Homicídios e violência

De acordo com Mello (2022), a violência armada no Rio continuou durante o ano de 2020, havendo uma continuação da tendência de queda da violência armada na região metropolitana do Rio, uma tendência que começou em 2018, mas de níveis muito elevados. O ano terminou com 2 405 homicídios intencionais, uma queda de 17,9% em relação ao ano anterior. O número total de tiros ou tiroteios registrados em 2020, conforme rastreado pela organização da sociedade civil Fogo Cruzado (Crossfire), foi de 7.368 (colocar por extenso), que ainda é extremamente alto (média de 20 por dia) mas representa uma redução de 38% em

relação a 2019. Abril e maio foram os meses com maior número de tiros disparados ou tiroteios (que consistem em vários tiros como parte de um único confronto armado) em 2020, com 503 e 505, respectivamente, apesar da cidade estar no meio dos estágios iniciais da pandemia.

Com efeito, a pandemia coincidiu com um período de particular instabilidade na relação entre os grupos armados do Rio, e isso provavelmente contribuiu para a continuação de tiroteios. Confrontos entre grupos criminosos rivais e entre grupos criminosos e milícias são comuns na vida urbana carioca, mas a pandemia veio em um momento de expansão de grupos de milícias e a formação de uma aliança entre milícias e o TCP contra a maior organização criminosa carioca, o CV (MELLO, 2022).

Vários confrontos foram registrados nos dias após o distanciamento social de 13 de março de 2020 e das medidas anunciadas pelo governo regional. A maioria deles consistia em lutas territoriais entre o CV e os grupos de milícias, estes últimos por vezes em aliança com o TCP. Um dos maiores campos de batalha dessa rivalidade entre o CV e a coalizão TCP-milícia era uma grande área de favela localizada na zona oeste da Praça Seca. A partir de julho de 2020, o CV iniciou uma ação concentrando esforços para retomar a área, que havia sido conquistada por uma milícia em 2017 (MELLO, 2022).

Relatório de mídia apontam para combatentes do CV usando uniformes camuflados, uma observação apoiada por depoimento da Polícia Militar de julho de 2020 que descrevia o confisco de “roupas camufladas idênticas às das Forças Armadas” de posse dos criminosos (MELLO, 2022).

De acordo com Pio *et al.* (2021), esta luta recrudescceu entre 9 e 19 de março de 2021, quando os moradores locais relataram tiroteios por 11 dias consecutivos. Esses confrontos, no entanto, pareciam estar ligados mais a uma luta territorial em curso entre grupos armados do que a qualquer decisão ou estratégia ligada à pandemia

Os traficantes de drogas recorreram com mais frequência à construção de barricadas ao longo de estradas cruciais levando às favelas. Essas barricadas, formadas por grandes blocos de concreto, pneus ou arame farpado, são comuns atualmente nas favelas. O uso de tais barricadas foi significativamente reduzido durante a estratégia de pacificação com a presença policial permanente nas favelas (que foi reduzida pelo governo do estado no ano de 2015 em diante), mas aumentou durante a pandemia (PIO *et al.*, 2021).

Um pesquisador ligado ao disque denúncia anônima do Rio (Disque Denúncia) disse que algumas barricadas avançaram ainda mais para os bairros que circundam as favelas. Isso, segundo para o pesquisador, fazia parte de um movimento de algumas facções criminosas

para fazer para a perda de receita do tráfico de drogas, expandindo os impostos de extorsão para as empresas que não foram incluídas anteriormente em tal “disposição de segurança” (PIO *et al.*, 2021).

2.2 AS OPERAÇÕES DE GLO

A preparação militar para operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) é extremamente importante, uma vez que essas operações podem envolver o emprego de força militar em território nacional para restabelecer a ordem pública e a segurança.

Em geral, a preparação militar para GLO começa com o treinamento básico de todos os militares, que inclui habilidades como tiro, patrulha, primeiros socorros e comunicação. Além disso, existem treinamentos específicos para operações de GLO, que visam capacitar os militares para atuar em situações de conflito interno, tais como: Treinamento em controle de distúrbios civis, treinamento em defesa urbana e treinamento em combate em áreas de alta densidade populacional.

O controle de distúrbios civis tem por finalidade preparar os militares para lidar com situações de manifestações, greves e outros tipos de protestos que possam ocorrer durante a operação de GLO. Os militares aprendem a controlar multidões, utilizar equipamentos de proteção individual, e empregar técnicas não letais para controlar os manifestantes.

Defesa urbana, esse tipo de treinamento é voltado para capacitar os militares a atuarem em ambientes urbanos, que são comuns em operações de GLO. Os militares aprendem a se movimentar em áreas urbanas, a realizar patrulhas em vias públicas, e a identificar pontos de interesse para a segurança.

Treinamento em combate em áreas de alta densidade populacional, esse tipo de treinamento capacita os militares a atuarem em áreas com grande concentração de pessoas, como favelas e comunidades. Os militares aprendem a se movimentar em terrenos irregulares, a realizar patrulhas em áreas densamente povoadas, e a identificar ameaças potenciais.

Além dos treinamentos específicos, a preparação militar para GLO também envolve o planejamento e a coordenação entre as diferentes forças envolvidas, como o Exército, a Marinha, a Aeronáutica e as forças de segurança pública. Isso inclui a definição de objetivos, a escolha da estratégia de ação e a alocação de recursos e pessoal para a operação. É importante que todas as forças envolvidas estejam alinhadas e trabalhem de forma coordenada para garantir o sucesso da operação e minimizar os riscos para a população civil.

Segundo Brasil (2014, p. 17):

As Operações de Garantia da Lei e da Ordem (Op GLO) caracterizam-se como operações de “não guerra”, pois, embora empregando o Poder Militar, no âmbito interno, não envolvem o combate propriamente dito, mas podem, em circunstâncias especiais, envolver o uso de força de forma limitada.

A GLO tem amparo legal na Constituição Federal de 1988, que no art. 142 prevê: “as Forças Armadas são constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem” (BRASIL, 1988).

Igualmente importante é a Lei Complementar 97/99, que autoriza o emprego destas forças:

Desde que, nos termos da legislação de regência, fique caracterizado o esgotamento dos instrumentos destinados à preservação da ordem pública (Lei Complementar nº 97/99, art. 15, § 2º). Devendo, para tanto, serem considerados esgotados os instrumentos relacionados no art. 144 da Constituição Federal quando, em determinado momento, forem eles formalmente reconhecidos pelo respectivo Chefe do Poder Executivo Federal ou Estadual como **indisponíveis, inexistentes ou insuficientes ao desempenho regular de sua missão constitucional...** (§ 3º) (BRASIL, 1999).

No entanto, para a realização de tais operações as mesmas devem ser feitas e conjunto com outros órgãos, os quais seguirão os fundamentos legais da Constituição Federal e legislações vigentes, observando-se assim todos os parâmetros legais para a ação (BRASIL, 2014).

As principais características das operações GLO são: atuação de forma integrada, emprego da inteligência e da contrainteligência, produção de conhecimentos, salvaguarda de informações, pessoas e instalações, limitação do uso da força e das restrições à população, emprego da tropa, evitar embates com as F Adv, solução por meio pacífico, uso progressivo da força, dissuasão, demonstração de força, policiamento ostensivo, comunicação social, transparência às ações e objetivos das operações, esclarecimentos à sociedade em geral, busca de apoio da população, negociação, ações iniciais antes do emprego da tropa, persuasão das lideranças (BRASIL, 2014).

As ações podem ser preventivas ou repressivas. Nas ações preventivas haverá um preparo permanente da tropa e as atividades de inteligência, comunicação social e dissuasão. As repressivas serão desenvolvidas quando frente a uma ameaça concreta, com o objetivo de preservar ou restabelecer a ordem pública e a incolumidade das

pessoas e do patrimônio. O planejamento e coordenação das ações deverão conter: objetivos e diretrizes estratégicos, relações de comando (BRASIL, 2014, p. 2-3).

As operações GLO em combate à criminalidade se dão em ambiente urbanizado, onde as F Adv se misturam à população civil, sendo necessário que sejam observados os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e legalidade. A razoabilidade é a compatibilidade entre os meios e fins da medida. Ações comedidas e moderadas. A proporcionalidade é a correspondência entre as ações e as reações de modo a não haver excessos por parte dos integrantes da tropa empregada. A legalidade é para que não haja exposição desnecessária à responsabilidade disciplinar, civil e criminal, conforme o caso (BRASIL, 2015).

Assim, é empregado o uso progressivo da força. Brasil (2009, p. 5) conceitua força como sendo: “toda intervenção compulsória sobre o indivíduo ou grupos de indivíduos, reduzindo ou eliminando sua capacidade de autodecisão”.

Nível do uso da força: “é entendido desde a simples presença do vigilante em uma intervenção, até a utilização da arma de fogo, em seu uso extremo (letal)” (BRASIL, 2009, p. 5).

Uso progressivo da força: “consiste na seleção adequada de opções de força pelo vigilante em resposta ao nível de submissão do indivíduo suspeito ou infrator a ser controlado. Na prática será o escalonamento dos níveis de força conforme o grau de resistência ou reação do oponente” (BRASIL, 2009, p. 5).

Com base nestes conceitos, algumas legislações foram desenvolvidas no intuito de preservar a vida humana, bem como criar padrões de práticas de aplicação da Lei que vão de encontro aos direitos humanos.

Assim, segundo Brasil (2009) observa-se o Código de Conduta para Encarregados da Aplicação da Lei – CCEAL – Resolução 34/169 ONU/79 e Princípios Básicos sobre o Uso da Força e Armas de Fogo – PBUFAF 8º Congresso Cuba/90.

Estes aparatos legais destacam:

A necessidade de desenvolvimento de armas incapacitantes não letais para restringir a aplicação de meios capazes de causar morte ou ferimentos; b) O uso de armas de fogo com o intuito de atingir fins legítimos de aplicação da lei deve ser considerado uma medida extrema; c) Os aplicadores da Lei não usarão armas de fogo contra indivíduos, exceto em casos de legítima defesa de outrem contra ameaça iminente de morte ou ferimento grave, para impedir a perpetração de crime particularmente grave que envolva séria ameaça à vida, para efetuar a prisão de alguém que resista a autoridade, ou para impedir a fuga de alguém que represente risco de vida; d) O Agente deve ser moderado no uso da força e arma de fogo e agir proporcionalmente à gravidade do delito cometido e o objetivo legítimo a ser alcançado (BRASIL, 2009, p. 6).

Brasil (2009) cita os níveis de força progressiva, atentando para o fato de que deverá ser utilizado o nível de força de acordo com o que melhor se adequar ao teatro de operações. Assim os níveis de força se dividem em: nível 1 – presença física; nível 2 – verbalização; nível 3 – controle de contato ou controle de mãos livres; nível 4 – técnicas de submissão; nível 5 – táticas defensivas não letais; nível 6 – força letal.

Figura 2 – Níveis de força progressiva



Fonte: BRASIL (2009)

Brasil (2009, p. 9) descreve o nível 1, nível da presença física como sendo: “a mera presença do vigilante uniformizado pode ser na maioria dos casos o bastante para conter um crime ou ainda prevenir um futuro crime, bem como evitar ações de pessoas mal intencionadas”.

Já o nível 2, nível da verbalização: “baseia – se na ampla variedade de habilidades de comunicação por parte do vigilante, capitalizando a aceitação geral que a população tem da autoridade. É utilizada em conjunto com a presença física do vigilante e pode usualmente alcançar os resultados desejados” (BRASIL, 2009, p. 9).

O nível 3 – controle de contato ou controle de mãos livres:

Trata – se do emprego de habilidades de contato físico por parte do vigilante, para atingir o controle da situação. Isto se dará quando se esgotarem as possibilidades de verbalização devido ao agravamento da atitude do contendor (indivíduo conflitante). Havendo a necessidade de dominar o suspeito fisicamente utiliza-se neste nível apenas as mãos livres, compreendendo–se técnicas de imobilizações e condução (BRASIL, 2009, p. 10).

O nível 4 – ou técnicas de submissão:

É o emprego da força suficiente para superar a resistência ativa do indivíduo, permanecendo vigilante em relação aos sinais de um comportamento mais agressivo

que exija uso de níveis superiores de resposta. Neste nível podem ser utilizados técnicas de mãos livres adequadas e agentes químicos (BRASIL, 2009, p. 11).

O nível 5 – Táticas defensivas não letais:

Uma vez confrontado com as atitudes agressivas do indivíduo, ao vigilante é justificado tomar medidas apropriadas para deter imediatamente a ação agressiva, bem como ganhar e manter o controle do indivíduo, depois de alcançada a submissão. É o uso de todos os métodos não letais, através de gases fortes, forçamento de articulações e uso de equipamentos de impacto. Aqui ainda se enquadram as situações de utilização das armas de fogo, desde que excluídos os casos de disparo com intenção letal (BRASIL, 2009, p. 11).

Já o nível 6 é a força letal.

3 REFERENCIAL METODOLÓGICO

3.1 TIPOS DE PESQUISA

Para a realização do trabalho foi utilizada a pesquisa bibliográfica do tipo descritiva. Na pesquisa descritiva busca-se realizar um estudo mais detalhado, com levantamento, análise e interpretação de dados.

Nesse caso, o pesquisador não interfere na investigação dos fenômenos humanos ou naturais e apenas “Procura descobrir, com a máxima precisão possível, a frequência com que um fenômeno ocorre, sua relação e conexão com outros, sua natureza e características”. (CERVO; BERVIAN, 1996, p. 49).

3.2 MÉTODOS

Para coleta de dados foram consultados livros e artigos em bancos de dados eletrônicos, onde foram utilizadas as palavras-chave: Rio de Janeiro – criminalidade – Operações de GLO – Forças Armadas – intervenção.

O material encontrado foi lido e aqueles que estavam de acordo com os objetivos a serem alcançados foram resumidos e referenciados e fazem parte tanto do referencial teórico quanto do tópico de resultados e discussão.

Aqueles materiais que não levavam a atingir os objetivos propostos foram descartados.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na segunda década do século 21 o Exército Brasileiro passou a ser empregado nas Operações de Garantia da Lei e da Ordem. Brasil (2010), assegurar a lei e a ordem, objetiva a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio. Visa a proteção das pessoas e patrimônio devido a onda de violência urbana ocorrida, por exemplo, no Estado do Rio de Janeiro.

A ocupação do Complexo do Alemão se sucedeu ao dia 28 de novembro de 2010. Em primeiro de dezembro de 2010 foi solicitado ao Ministério da Defesa, a continuidade da Força de Pacificação, a qual seguiria o emprego temporário da Força Armada. No dia 23 de dezembro a F Pac recebeu um documento que continha: condições de Implementação das ações de cumprimento da Diretriz Ministerial; os Fundamentos do Emprego, bem como as competências; delimitação da Área de Responsabilidade; regras de engajamento e as atribuições específicas dos integrantes da F Pac (GOMES, 2017, s/p.).

As regras de engajamento visam o princípio da limitação do Direito Internacional Humanitário, no sentido em que: restringe os meios e métodos de combate, como por exemplo, a utilização do armamento não letal objetivando a proteção da vida e também do efeito colateral ocasionado por disparos de munição letal. O emprego de armamento com calibre menor, 5,56 mm proporciona ao atirador que a munição disparada ultrapasse cause menor poder de penetração, sem que a operacionalidade diminua.

Este novo cenário de operação leva o comandante de pequena fração à prova, no sentido em que sua decisão será rápida, como por exemplo, turbas de crianças, acompanhada de mulheres. O Segundo Tenente ou Aspirante a Oficial deverá pautar suas decisões na serenidade, iniciativa, coragem, disciplina e bom senso. Pois os maus tratos com a população podem ser caracterizados como violações dos direitos humanos, como a tortura, ou até mesmo abuso de poder.

4.1 ANO DE 2014 – OPERAÇÃO SÃO FRANCISCO - COMPLEXO DA MARÉ

Em 2014 foi deflagrada a Operação São Francisco, no complexo de favelas da Maré. Neste contexto, o Centro de Comunicação Social do Exército (CComSEx) emitiu a seguinte nota:

Em abril de 2014, atendendo à solicitação do Governo do Estado do Rio de Janeiro, a Presidência da República autorizou o emprego de tropas do Exército Brasileiro e da Marinha do Brasil no Complexo da Maré, com a finalidade de cooperar no

processo de pacificação daquela área. Em decorrência, o Governo do Estado do Rio de Janeiro, o Ministério da Defesa (MD) e o Ministério da Justiça firmaram um acordo no qual as partes se comprometeram, com base em uma Operação da Garantia da Lei e da Ordem (GLO), a empregar, no Complexo da Maré, os meios necessários para a prestação de segurança e serviços em benefício da população. No dia 5 do mesmo mês, teve início a Operação São Francisco, coordenada pelo Comando Militar do Leste (CML). De acordo com a Diretriz Ministerial nº 9, do Ministério da Defesa, a Força de Pacificação passou a atuar em 15 comunidades daquele Complexo (BRASIL, 2015, s/p.).

Durante a Operação São Francisco, uma característica doutrinária marcante foi a descentralização dos pelotões diante das execuções das missões. Dessa forma, o comandante de pelotão, geralmente, ficava destacado com sua fração realizando as diversas atividades recebidas pelo Escalão Superior.

Eu percebi que, de certa forma, eu precisava conquistar a confiança dos soldados, ainda mais que nunca tinha trabalhado com eles antes, já que estavam retornando de férias e da missão do Haiti. Essa aproximação acontecia à medida que eu demonstrava para eles que estava no mesmo barco e tinha o mesmo objetivo. Dormindo no mesmo local, fazendo as refeições juntos, conversando nos tempos livres e, principalmente, mostrando domínio da situação e coragem nos momentos de confronto, fizeram com que o pelotão pudesse sentir confiança em seu comandante, deixando de lado qualquer sentimento pessoal para o bem do grupo. (GOMES, 2017, s/p.).

A concentração urbana causou a maioria das dificuldades para o processamento da operação, além de outras demandas que apareciam à medida em que a operação tomava vulto:

A primeira dificuldade surgiu antes mesmo de entrarmos na operação, pois meu pelotão só foi constituído semanas antes, uma vez que estavam retornando da missão de paz no Haiti e férias. Dessa forma, tive um trabalho a mais em conhecer cada subordinado em pouco tempo e saber encaixar cada um de acordo com suas habilidades. Vencida essa etapa, durante a permanência no Complexo da Maré, nossas dificuldades foram, de imediato, a adaptação ao combate e as trocas de tiros, uma vez que nenhum dos meus subordinados havia realizado um disparo contra um homem. Então até o pessoal entender que éramos alvos naquela localidade, e que precisávamos conter os ânimos e ter frieza para realizar um disparo contra um ato hostil dentro das regras de engajamento, demandou um certo tempo. Além disso, tivemos dificuldade com o clima, pois nesse período de verão, o Rio de Janeiro atinge fácil os 40° C, necessitando uma boa alimentação e hidratação da tropa, tendo em vista os equipamentos que utilizávamos: colete balístico com módulos de porta-carregadores, porta-rádio, coldre, armamento menos-letal, GPS, câmera, granadas, pistola, fuzil, carregadores com munições extras, lacres, óculos de proteção, etc. Posso dizer que o medo que os traficantes colocavam na população foi outro fator que prejudicou a operação, pois dessa forma, eles tinham receio em falar com a tropa, seja para pedir ajuda, passar informação ou uma denúncia. Custou certo tempo para conquistarmos a confiança da população local (GOMES, 2017, s/p.).

Figura 3 – Operação São Francisco



Fonte: G1 (2014)

Além das adversidades do teatro de operações, o fato de assumir uma operação de GLO evidenciou o receio em determinados soldados, tendo em vista que nunca havia ocorrido esse tipo de ação de forma real. Assim, o Tenente Ivonaldo narra:

Deu para perceber, na primeira semana, que os soldados estavam com certo medo. Todos os integrantes do meu pelotão faziam parte do Efetivo Profissional (EP) do Batalhão. Muitos com experiência em outras missões, como Operação Bahia II, segurança do Papa, missão de paz no Haiti, etc. Mas como citei anteriormente, nenhuma dessas missões tinham sido alvos. Portanto o medo foi inevitável. Nos primeiros confrontos foi difícil não ver os rostos assustados. Mas com o tempo, na luta pela sobrevivência, eles conseguiram entender que precisavam vencer essas emoções e acreditar nos treinamentos (GOMES, 2017, s/p.).

4.2 ANO DE 2017 - ROCINHA

Segundo Rocha (2018), em 2017, houve 6.731 mortes violentas no estado do Rio, ou 40 por 100.000 habitantes, o maior número em oito anos. Roubos de carros, roubos de celulares e sequestros também aumentaram.

Os líderes militares do Brasil expressaram profunda preocupação à medida que o governo federal se voltou cada vez mais para as Forças Armadas para reprimir os surtos de violência em todo o país (ROCHA, 2018).

O general Eduardo Villas Bôas, o principal comandante militar do país à época, disse que não se podia esperar que as Forças Armadas resolvessem uma crise de segurança

enraizada em problemas de longa data que outras agências governamentais não conseguiram resolver de forma significativa (ROCHA, 2018).

O combate ao crime organizado exige uma atuação efetiva do poder público nas esferas econômica e social, de forma a tornar o tráfico de drogas menos atrativo em áreas onde grande parcela da população vive desempregada.

Segundo a Constituição, a intervenção militar em um estado pode ser decretada por diversos motivos, inclusive quando um país estrangeiro invade o Brasil, quando o governo quer impedir a secessão ou quando há uma grave ameaça à ordem pública (BRASIL, 1988).

No ano de 2017 o Exército Brasileiro despachou quase 1.000 soldados para a maior favela do país na esperança de acabar com uma onda de violência mortal. Caminhões militares carregando soldados brandindo armas de assalto começaram a chegar à beira da Rocinha, uma expansão de casas em ruínas, lojas, ruas estreitas e becos na zona sul do Rio de Janeiro (ROCHA, 2018).

Problemas surgiram na favela, com um tiroteio de cinco horas durante o qual os moradores disseram que foram forçados a se esconder no chão de suas casas enquanto várias centenas de traficantes bem armados percorriam as ruas (ROCHA, 2018).

A favela, que abriga cerca de 100 mil pessoas, permaneceu tensa nos dias que se seguiram, ecoando esporadicamente o som de tiros e também fogos de artifício disparados pelos bandidos para alertar uns aos outros sobre a aproximação da polícia militar.

Figura 4 – GLO na Rocinha



Fonte: G1 (2017)

De acordo com Espíndula (2018), milhares de crianças da Rocinha tiveram que ficar em casa porque suas escolas fecharam. Reportagens da mídia brasileira diziam que o conflito decorreu de uma rixa interna sobre a liderança da organização criminosa, a chamada facção “Amigos dos Amigos” que controla o narcotráfico local, na qual um notório traficante, que estava na prisão, estava lutando contra um rival.

4.3 DISCUSSÃO

No ano de 2018, depois de meses de violência crescente no Rio de Janeiro, que incluiu cobertura televisiva de turistas sendo perseguidos e espancados por ladrões durante as famosas festividades do Carnaval, o então presidente do Brasil, Michel Temer, ordenou que os militares assumissem o controle da segurança pública no estado.

Figura 5 – Tiroteios no Rio de Janeiro 2018

TIROTEIOS/DISPAROS DE ARMA DE FOGO AGOSTO 2018				
MUNICÍPIOS RIO DE JANEIRO*				
	 TIROTEIOS DISPAROS	 PRESEÇA AL. SEG.**	 MORTOS	 FERIDOS
TOTAL	1014	181	140	131
1. RIO DE JANEIRO	592	113	35	73
2. SÃO GONÇALO	92	23	21	17
3. NITERÓI	74	14	22	10
4. BELFORD ROXO	68	10	20	10
5. DUQUE DE CAXIAS	45	2	2	3

* OS DADOS DO FOGO CRUZADO SÃO COLETADOS VIA USUÁRIOS, IMPRENSA E POLÍCIA.
** PODEM SE REFERIR À OPERAÇÕES POLICIAIS OU A CASOS EM QUE AGENTES PÚBLICOS DE SEGURANÇA FORAM VÍTIMAS DE DISPAROS OU ESTAVAM PRESENTES NA OCORRÊNCIA.

 # FOGO CRUZADO

Fonte: OLERJ (2019)

Foi a primeira intervenção federal em um estado desde o retorno do Brasil à democracia na década de 1980, e foi vista por alguns como uma tentativa do presidente, Michel Temer, de melhorar seus índices favoráveis, e não como uma medida para combater o crime.

O decreto conferiu ampla autoridade aos militares para restaurar a ordem. Também colocou as forças policiais, que tinham escassez de pessoal e equipamentos, sob o comando do general Walter Souza Braga Netto, que supervisionou as operações militares no leste do país.

O problema maior observado nas operações de GLO nas favelas do Rio de Janeiro se referem ao ambiente urbanizado, sendo que esse tipo de ambiente, atualmente, é o principal cenário no qual são deflagradas as operações do presente século. Vale ressaltar que traz consigo diversas peculiaridades.

Segundo Bracken (1997):

Os piores problemas surgem quando se imagina que um país por inteiro poderá tornar-se urbanizado de tal forma que as cidades se constituam nas principais características do terreno (cerca de 70% da população da Alemanha Ocidental vive atualmente em áreas urbanas), porque não é somente o número dos que moram em grandes subúrbios contínuos que torna as áreas urbanas importantes, mas sim o somatório de fatores entre os quais figuram a distribuição física de pequenas vilas, a localização das áreas construídas em relação às florestas e rios e o potencial para a utilização de terreno urbano como parte de um planejamento militar (BRACKEN, 1977, p.70).

Durante uma operação em ambiente urbano, o comportamento da tropa é amplamente visualizado por todas as camadas da sociedade. A comunicação social é responsável por manter legitimada todas as ações da Força Terrestre na área de operações, bem como obter maior apoio possível da população local, a fim de preservar a imagem da força. E, para tanto, o comportamento da tropa tem por obrigação estar alinhado e conforme toda a legislação que baliza a operação.

O comportamento experiente e seguro da tropa empenhada para restabelecer a ordem e proteger o patrimônio público se definem coerente com sua formação e equipamento de combate, da seguinte maneira:

- a. moderação e tranquilidade na dissuasão;
- b. firmeza e determinação, sem desmandos, quando provocada e agredida;
- c. nenhuma precipitação ou sinal de instabilidade, em qualquer momento do confronto;
- d. demonstração de completo domínio das técnicas de controle de distúrbios;
- e. emprego maciço de munição não letal, de acordo com a progressividade das ações; e
- f. deve-se ter cuidados especiais com pessoas que não tenham participação direta nas ações, em particular crianças, idosos e mulheres (BRASIL, 2010, p. 6-1).

A principal característica do ambiente urbano é a combinação da densidade populacional com uma grande quantidade de edificações, caracterizando uma topografia intrincada, dificultando as ações das Forças Terrestres, uma vez que tanto a população quanto a propriedade particular devem ser poupadas, a fim de evitar qualquer tipo de dano colateral.

Figura 6 – Densidade populacional nas áreas das operações



Fonte: EXÉRCITO BRASILEIRO (2017)

Observa-se assim, que as áreas em que há atuação das Forças Armadas dentro das favelas são áreas altamente populosas, onde os traficantes misturam-se aos civis, dificultando a ação militar.

De acordo com Woloszyn (2017), existem vários tipos de adversidades neste teatro de operações, sendo a primeira delas o local onde as operações encontram-se inseridas, como por exemplo no Complexo do Alemão, o qual é controlado pelo CV e as condições para a ação dos militares é a pior possível.

No interior do complexo, efetivos militares trabalham no escuro, uma vez que há poucos pontos de observação face às características do terreno elevado e das construções. O acesso, em muitos setores, só pode ser efetivado por tropas a pé, em ruas que são na realidade escadas escavadas no terreno medindo cerca de 1 metro a 1,5 metros de largura, dividindo as edificações. Tal condição impede o uso de veículos pesados e de apoio, além de possibilitar uma contraofensiva rápida e não identificável de parte dos criminosos, que invadem as residências e coagem os moradores no intuito de as utilizarem como refúgios e pontos de observação e controle (WOLOSZYN, 2017, s/p.).

O poder de fogo que os traficantes possuem é muito superior à da polícia, tendo sido utilizado pelos mesmos fuzis, metralhadoras, revólveres de variados calibres, bem como arsenal do Exército como granadas (WOLOSZYN, 2017).

E finalmente, um problema que é evidente devido à população civil presente diz respeito aos efeitos colaterais.

A possibilidade de baixas de ambos os lados é constante assim como o erro de alvos, uma vez que não há como diferenciar criminosos de não-criminosos ou ainda, se o atirador da força oponente é uma criança ou adolescente. Diante desse contexto, o uso da força militar é restrito e de menor intensidade do que a aplicada pelos integrantes dessas facções, que agem sem nenhum critério legal ou de ética, mas sob o olhar atento da mídia internacional e de organizações de defesa de direitos humanos (WOLOSZYN, 2017, s/p.).

Segundo Brasil (2015), torna-se quase impossível a inexistência de efeito colateral em uma operação que esteja dentro de um contexto de grande densidade demográfica, sendo até mesmo dificultada a localização dos traficantes.

Figura 7 – Violência armada no Rio de Janeiro 2022



Fonte: G1 (2022)

Em termos de estatísticas, entre 2018 e 2022, houve uma redução gradual nos índices de criminalidade em algumas áreas do Rio de Janeiro. Por exemplo, dados mostram uma queda no número de homicídios em comparação com anos anteriores. No entanto, é importante ressaltar que mesmo com essa redução, a cidade ainda registrava um número considerável de casos de violência.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As operações de GLO encontram-se fundamentadas pela Constituição Federal de 1988, bem como pela Lei Complementar 117/04, garantindo assim, a empregabilidade do Exército Brasileiro nesse tipo de operação.

As tropas, devidamente capacitadas a atuar em ambientes urbanizados, têm agido principalmente em operações nas favelas do Rio de Janeiro desde o ano de 2010, quando o crime organizado tem atuado de forma implacável, e com um avanço considerável em suas ações, exigindo a presença das Forças Armadas, tendo em vista que o Estado não consegue garantir a segurança necessária à população.

Neste estudo foram vistas várias operações de GLO como a que ocorreu no Complexo da Maré, na Rocinha, havendo uma nova determinação em relação à doutrina vigente, tendo em vista que o novo teatro de operações do século 21 assim o exige.

Durante o controle de distúrbios no Complexo foi utilizado armamento menos letal, como espargidores químicos, granadas lacrimogêneas e de luz e som e munições de elastômero, preservando assim a vida dos civis e obtendo sucesso no controle do distúrbio.

O principal crime a ser combatido é o narcotráfico, o qual faz crescer o número de homicídios, roubos e ainda coloca a população que vive na comunidade onde o mesmo encontra-se instalado em estado permanente de apreensão.

O teatro de operações de uma operação de GLO são centros urbanos, o que dificulta a atuação dos militares, sendo necessário que os mesmos utilizem os níveis de força progressiva, atentando para o fato de que deverá ser utilizado o nível de força de acordo com o que melhor se adequar às circunstâncias encontradas no momento do conflito. Assim os níveis de força se dividem em: nível 1 – presença física; nível 2 – verbalização; nível 3 – controle de contato ou controle de mãos livres; nível 4 – técnicas de submissão; nível 5 – táticas defensivas não letais; nível 6 – força letal.

A mídia tem acompanhado de perto a atuação das Forças Armadas em operações de GLO, e tem levado à sociedade um cenário de segurança, onde observa-se que os militares são preparados e adestrados a fim de atuarem em ambiente tão peculiar.

Conclui-se que as operações de GLO são bem planejadas, os militares encontram-se bem adestrados e capacitados para tal e tem-se como premissa que a segurança dos civis deve estar em primeiro lugar.

Desta forma, as Forças Armadas ajudam a combater a criminalidade e a melhorar a qualidade de vida daqueles que vivem em comunidades de risco, sendo este o desafio que o século 21 impõe a essas instituições.

Para dar continuidade ao estudo das operações de GLO no Rio de Janeiro, sugere-se que se avalie a eficácia das operações de GLO, analisando a redução da criminalidade e do tráfico de drogas, bem como a melhoria da segurança da população. Também seja feita a investigação dos desafios enfrentados pelas tropas, como atuar em áreas urbanas densamente povoadas, e examinar as questões logísticas, de inteligência e de cooperação entre as forças de segurança. Analisar a participação da sociedade civil nas operações também é algo a ser feito, examinando a confiança da população nas Forças Armadas, as interações entre militares e moradores locais, e o papel das organizações não governamentais e da mídia no acompanhamento das operações.

Um estudo aprofundado nessas áreas proporcionará uma compreensão mais completa das operações de GLO no Rio de Janeiro, seus impactos e suas implicações para a segurança e qualidade de vida da população.

REFERÊNCIAS

BRACKEN, P. A Expansão Urbana e a Defesa da OTAN. **Military Review**. p. 68-76, Out. 1977.

BRASIL. Ministério da Defesa. **C 85-1: Operações de Garantia da Lei e da Ordem**. Brasília: EGGCF, 2010.

BRASIL. Ministério da Defesa. **EB20-MF-10.103: Operações**. Brasília: EGGCF, 2015.

ESPÍNDULA, F. S. **Considerações sobre as principais facções criminosas brasileiras: Comando Vermelho (CV) e Primeiro Comando da Capital (PCC) e os mecanismos do Estado no combate e prevenção ao crime organizado**. 2018. Disponível em: <www.repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/7533/1/TCC%20-%20Fernando%20Silva%20Espíndula.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2023.

MELLO, I. **Milícia cresce 387% e ocupa metade do território do crime no RJ, diz estudo**. 2022. Disponível em: <www.noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2022/09/13/milicia-cresce-161-e-ocupa-metade-do-territorio-do-crime-no-rj-diz-estudo.htm#:~:text=Em%20um%20período%20de%2016,anos%20de%202006%20e%202021.>>. Acesso em: 10 fev. 2023.

O DIA. **Para general, números comprovam que intervenção no RJ está dando certo**. 2018. Disponível em: <<https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2018/08/5567228-para-generalnumeros-comprovam-que-intervencao-no-rj-esta-dando-certo.html>>. Acesso em: 25 jul. 2022

O GLOBO. **Intervenção Federal na segurança reduz índices de homicídios e principais roubos**. 2019. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/intervencao-federal-na-segurancareduz-indices-de-homicidios-principais-roubos-23330272>>. Acesso em: 26 jul. 2022.

O GLOBO. **Pesquisa: 54% da população apoia a intervenção no Rio**. 2018. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/pesquisa-54-da-populacao-apoia-intervencao-no-rio22502414>>. Acesso em: 25 jul. 2022.

PIO, J. G. *et al.* **Criminalidade na cidade do Rio de Janeiro (RJ): as influências das políticas públicas e as relações a curto e longo prazos**. 2021. Disponível em: <www.scielo.br/j/rbsoc/a/P8NPDMrGjMyJDKMRz8WHRvK/#:~:text=O%20estado%20possui%20uma%20das,%20Atlas%20da%20violência%202019.>>. Acesso em: 10 fev. 2023.

ROCHA, F. **RJ fecha 2017 com maior taxa de mortes violentas dos últimos 8 anos**. 2018. Disponível em: <www.mpoticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2018/01/18/rio-fecha-2017-com-maior-taxa-de-mortes-violentas-dos-ultimos-oito-anos.htm>. Acesso em: 05 fev. 2023.

WOLOSZYN, A. L. **Operações de Garantia da Lei e da Ordem: um desafio para as Forças Armadas**. 2017. Disponível em: <<http://www.defesaaereanaval.com.br/operacoes-de-glo-um-desafio-para-as-forcas-armadas-brasileiras/?print=print>>. Acesso em: 05 fev. 2023.